

PROCESSO N° 9900163703/2025

Referência: Resposta ao pedido de Impugnação do Edital pela empresa BD APOIO EMPRESARIAL E FELIPE DYTZ no Pregão N°. 90003/2025.

Trata-se de pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n° 90003/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o serviço de implantação de redutores de velocidade dos tipos: travessia elevada/traffic calming e ondulações transversais com fornecimento de material, de acordo com as normas vigentes no município de Niterói - RJ em atendimento da demanda da Niterói Trânsito S/A - NITTRANS.

O pedido de impugnação foi encaminhado no dia 30/11/2025, às 14h12, por meio de correspondência eletrônica enviada pela licitante BD Apoio Empresarial. Ressalta-se que, na ocasião, não foi apresentada qualquer documentação da empresa, requisito essencial para confirmação da representatividade.

No dia 01/12/2025, ao ser questionado sobre o envio da documentação societária da licitante, o responsável recusou-se a encaminhar os documentos, optando por apresentar uma nova impugnação em nome de pessoa física, subscrita por FELIPE DIRTZ, CPF n° 020.466.997-93, às 12h22 do mesmo dia.

Entretanto, ao se realizar verificação acerca dos representantes legais da empresa BD Apoio Empresarial, constatou-se que o próprio Sr. Felipe Dytz integra o quadro societário da mencionada empresa, sendo, portanto, parte diretamente vinculada ao ente jurídico que apresentou a primeira impugnação.

Diante do exposto, e considerando que ambos os pedidos — o apresentado pela pessoa jurídica BD Apoio Empresarial e o apresentado posteriormente pelo sócio FELIPE DYTZ, na condição de pessoa física — possuem origem comum e tratam do mesmo

objeto, a impugnação será analisada de forma conjunta, englobando ambas as manifestações (pessoa física e pessoa jurídica) para fins de decisão administrativa.

DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Com fulcro no Art. 56, § 1º da Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação sob os aspectos da legitimidade, competência e tempestividade.

No tocante a Legitimidade, a leitura do Art. 58, da Lei Federal n.º 9.784/1999, assevera que têm legitimidade para interpor recurso administrativo, o interessado pelo ato eventualmente contestado, como no presente caso, de modo que se atesta a legitimidade da exordial impugnatória.

Ao se analisar a Competência, verifica-se que no bojo da petição de impugnação, foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o Art. 56, § 1º da legislação do processo administrativo.

A análise da Tempestividade, evidencia-se pelo pedido apresentado dentro do prazo legal, logo, tempestivamente e na forma exigida, nos termos da Lei Federal nº 13.303/16.

DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

Alega o impugnante, em síntese, que:

Questionamento 1 – Qual a justificativa técnica para que cada documento do Instrumento Convocatório apresente um texto distinto para o objeto da licitação, alguns com informações acrescidas e outros com informações ausentes?

Questionamento 2 – Poderia esta Administração explicar melhor o que quer dizer na manifestação do item 5.1, de uma forma fundamentada?

Questionamento 3 – Qual o embasamento para afirmar que a presente licitação é serviço comum de engenharia, porém afirmar no projeto básico que a contratada deve certificar-se “in loco”, em razão da complexidade dos serviços executados?

Questionamento 4 – Qual o embasamento legal para esta Administração estar realizando a presente licitação por Pregão, uma vez que o serviço não pode ser enquadrado como comum?

Questionamento 5 – Qual a quantidade de amostras que a empresa contratada deverá-coletar?

Questionamento 6 – Quais são as normas técnicas para emissão dos laudos de ensaio e quais são os parâmetros de aprovação nestes laudos, determinados por esta Administração?

Questionamento 7 – Qual a justificativa para a não inclusão nos custos orçamentários a realização de ensaios laboratoriais, uma vez que é obrigação da empresa contratada?

Questionamento 8 – Qual a justificativa técnica para exigência de Certificação de Conformidade para os materiais e insumos, uma vez que não há OCP acreditado pelo Inmetro para os referidos escopos?

Questionamento 9 – Do que adiantará a visita in loco, uma vez que o licitante não possui a informação precisa e objetiva do que será instalado naquela via?

Questionamento 10 - Qual a justificativa para estabelecer uma avenida de quilômetros como referência de ponto de instalação do redutor?

Questionamento 11 – Qual o embasamento legal para estabelecimento de requisito obrigatório de contrato, uma vez que os serviços, objetos da presente licitação, não são pertinentes a pessoas com deficiência, sendo inclusive um risco a segurança destes?

DA ANÁLISE MERITÓRIA DA IMPUGNAÇÃO

Haja vista a necessidade de manifestação da área técnica, os autos foram endereçados ao setor demandante que auxiliou esta comissão em conjunto com as Coordenadoria de Controle Interno e Jurídica, a municiando com as questões ligadas ao objeto licitado conforme demonstra análise técnica da área no anexo I

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A NITTRANS, publicou o Edital de Pregão Eletrônico 90003/2025 que tem como objeto: *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE MODERAÇÃO DE TRÁFEGO, CONSISTENTES EM REDUTORES DE VELOCIDADE DOS TIPOS: TRAVESSIA ELEVADA/TRAFFIC CALMING E ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS, com fornecimento de materiais, elaboração e execução de projeto executivo de sinalização (vertical e horizontal), emissão de ART/RRT, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em conformidade com o Regulamento de Sinalização Viária (Resolução CONTRAN nº 973/2022) e, para travessia elevada, com a Resolução CONTRAN nº 738/2018.”*

Ocorre que existe a necessidade de responder impugnação, apresentada pelo Sr. Felipe de Moraes Dytz, na condição pessoa física, sendo certo que o mesmo é sócio administrador da empresa BD Apoio Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.363.266/0001-18, senão vejamos:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	28.363.266/0001-18
NOME EMPRESARIAL:	BD APOIO EMPRESARIAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FELIPE DE MORAES DYTZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ANDREA BUSCHMANN DYTZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/12/2025 às 16:58 (data e hora de Brasília).

Cumpre ressaltar que para participar desta licitação, o ramo de atividade deve ser compatível com o objeto da licitação (item 3, subitem 3.1 do Edital), o que não se vislumbra nesta hipótese, senão vejamos:

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL
BD APOIO EMPRESARIAL

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 28.363.266/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/07/2017
NOME EMPRESARIAL BD APOIO EMPRESARIAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PEDRO FRANCISCO CORREIA	NUMERO 81	COMPLEMENTO PARTE	
CEP 24.360-560	BAIRRO/DISTRITO SAO FRANCISCO	MUNICÍPIO NITEROI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO JANSSON.CONTABIL@BOL.COM.BR	TELEFONE (21) 2714-0618		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/09/2025	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 02/12/2025 às 16:56:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja **compatível com o objeto da licitação** e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Apesar de se tratar de uma impugnação, que será analisada em sede técnica e jurídica. Ocorre que o Sr. Felipe de Moraes Dytz, passou a utilizar a sua pessoa física para, supostamente, praticar atos típicos de pessoa jurídica, a exemplo da apresentação de impugnações em diversos editais de licitações espalhados pelo território nacional, podemos citar alguns exemplos:



TRT6

http://www.trt6.jus.br/files/03-19.22_-_bd.pdf PDF

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO ...

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **BD APOIO EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ nº. 28.363.266/0001-18, em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2022, ...
4 páginas



ION - Empresa de Infraestrutura e Obras de Niterói

<https://ion.niteroi.rj.gov.br/uploads/2025/08> PDF

ION ... - EMPRESA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE NITERÓI

BD APOIO EMPRESARIAL LTDA, BD Apoio Empresarial ... 1) DA TEMPESTIVIDADE. Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no Edital:.



pncp.gov.br

<https://pncp.gov.br/orgaos/compras/arquivos> PDF

manifestação sobre impugnação

7 de nov. de 2025 — PROVIMENTO da impugnação lançada pelo **Sr. Felipe de Moraes Dytz (BD Apoio Empresarial, Ltda)**. Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a impugnação ...




 **ION - Empresa de Infraestrutura e Obras de Niterói**
<https://ion.niteroi.rj.gov.br> > Resposta-CPL PDF

PESSOA FÍSICA, SR. Felipe de Moraes Dytz – CPF sob o n

28 de ago. de 2025 — Felipe de Moraes Dytz – CPF sob o n°. 020.466.997-93 - PROCESSO n°. 9900188389 / 2025. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n°. 013 / 2025 DISPUTA FECHADA ...

2 páginas

 **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
<https://tconotas.tce.mg.gov.br> > BuscarArquivo PDF


Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Tratam os autos de Denúncia, com pedido liminar, apresentada por Felipe de Moraes Dytz, em face do Processo Licitatório n. 006/2024, Pregão Eletrônico n ...

 **TCE-PR**
<https://servicos.tce.pr.gov.br> > srv_consultaprocesso


...: Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR ...

FELIPE DE MORAES DYTZ. Interessado, FELIPE DE MORAES DYTZ. Atos Publicados. Data de Publicação, Nº do DOE, Descrição. 04/03/2021, 2491, Despacho Processual ...

 **Universidade Federal de Pernambuco - UFPE**
<https://sipac.ufpe.br> > verArquivoDocumento PDF

bd apoio empresarial ltda

18 de nov. de 2024 — Felipe de Moraes Dytz, pessoa física devidamente inscrita no CPF sob o n° 020.466.997-. 93, residente à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São ...

 **Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS)**
<https://www.fspss.org.br> > pregao-eletronico-no-06-2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

03/06/2025 - TERMO DE REVOGAÇÃO. Download ; 02/06/2025 - DECISÃO SOBRE A IMPUGNAÇÃO - FELIPE DE MORAES DYTZ. Download ; 02/06/2025 - IMPUGNAÇÃO - FELIPE DE MORAES ...

 **Portal STF**
<https://portal.stf.jus.br> > licitacao > fazerDownload PDF

1. Trata-se de Impugnação apresentada pela empresa ...

18 de nov. de 2024 — ... FELIPE DE. MORAES DYTZ; ATLÂNTICO ENGENHARIA LTDA.; VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA; GRUGER GERADORES; e GLS. ENGENHARIA E...

No caso, a repetição de impugnações em nome próprio, sendo que ora, o Sr. Felipe de Moraes Dytz apresenta-se como pessoa física, ora apresenta-se como sócio administrador da empresa BD Apoio Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.363.266/0001-18 que não possui objeto compatível com o objeto desta licitação, pode ser vista como uma tentativa de tumultuar o processo licitatório, revelando indícios de má-fé processual e levantar dúvidas quanto aos princípios da lealdade e boa-fé objetiva desta impugnação.

Outrossim, essa impugnação, caso acarrete na correção do Edital ou até mesmo em sua anulação, constata-se que a empresa BD Apoio Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.363.266/0001-18, na qual o Sr. Felipe de Moraes Dytz, figura como sócio administrador não teria nenhum proveito prático, tendo em vista que a referida empresa não poderia participar deste certame, entretanto, apresentou essa impugnação, inicialmente, em nome da empresa BD Apoio Empresarial LTDA e quando foi questionado pela Comissão de Pregão, sobre a sua habilitação jurídica, retificou sua impugnação, interpondo em nome de pessoa física, Sr. Felipe de Moraes Dytz, tumultuando o procedimento licitatório de forma cristalina.

Importante registrar esses fatos, antes de tecer o mérito, haja vista que essa impugnação poderá estar maculada de vícios pela dualidade do impugnante, pelo fato de ingressar com esta impugnação, inicialmente, como pessoa jurídica, e posteriormente como pessoa física, em uma possível ocultação da empresa BD Apoio Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.363.266/0001-18, o que podemos concluir como uma tentativa de tumultuar este processo licitatório, haja vista que pode não haver um interesse legítimo por parte do impugnante neste processo licitatório.

Cabe ressaltar que, conforme registrado em e-mails anteriores, o impugnante tem dirigido aos servidores da NITTRANS manifestações de teor ofensivo e depreciativo, prática esta que é absolutamente intolerada por esta Administração.

A Administração não tolerará qualquer tipo de ofensa dirigida aos seus servidores. Caso tais atos ocorram novamente, especialmente aqueles que tenham por objetivo ameaçar, diminuir, menosprezar, causar conflitos ou tentar inferiorizar a competência de qualquer agente público, a Administração adotará imediatamente todas as medidas cabíveis, instaurando processo administrativo em todas as vertentes disponíveis, bem como comunicando os órgãos de controle, tais como **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Procuradoria Geral do Município (PGM) e Controladoria Geral do Município (CGM).**

Diante disto considerando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, diante da manifestação da área técnica, o presente parecer, serve de base para sustentação da decisão a ser adotada pela Presidência desta empresa quanto a impugnação apresentada.

Os requisitos estabelecidos no Edital evidenciam as exigências mínimas necessárias à garantia da regular execução contratual, ponderados seus impactos em relação à competitividade do certame. As exigências são razoáveis e não comprometem o caráter competitivo do certame, tendo em vista a dimensão da presente contratação, conforme detalhamento do Projeto Básico.

Assim, opina este Departamento de Compras Licitações e Contratos pela improcedência da impugnação.

Niterói 03 de dezembro de 2025

Kevison Rocha dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

Moana da Cunha Porto

Pregoeira